

Despacho: 120000  
Roberto 160  
Rev. Roberto Brasileiro  
Presidente  
SR. 19/03/04



Quanto ao documento nº 128, oriundo do representante da IPB junto à Missão Evangélica Caiuá, no qual solicita que a CE-SC vote uma verba de R\$ 200.000,00.

A CE-SC/IPB-2004  
Considerando:

- 1) Que a FUNASA tem exigido uma contrapartida de 20% dos recursos por ela aplicados na missão;
- 2) Que a Missão Presbiteriana do Brasil enviou carta de renuncia como parceira na entidade, e como consequência excluída da assembleia;
- 3) Que apenas a IPB e a IPI permanecem como associadas;
- 4) Que pendência trabalhista tem retirado recursos financeiros não previstos;
- 5) Que existe um déficit mensal da ordem de R\$ 30.000,00;
- 6) Que o fundo de reserva tem sido usado mensalmente, sem perspectiva de cessar esta redução;

RESOLVE:

- 1) Encaminhar o assunto para a CRIE, para que com assessoria da JPEF na verificação dos fatos financeiros que estão ocorrendo na missão, procure a IPI, visando elaborar um plano de ação, que acerte o rumo da missão.

Sala das Sessões, 17 de março de 2004

*Edson Pinheiro*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Doc. CLX  
Despacho: [Signature]  
Rev. Ludgero Bonilha Moraes

**Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2004.**

À Comissão Executiva / Supremo Concílio  
Igreja Presbiteriana do Brasil

De acordo com a tramitação devida, encaminhamos em anexo a correspondência recebida dos Representantes da IPB junto a Missão Caiuá, referente a pedido de aumento da verba para a Missão Caiuá.

Fraternalmente em Cristo,



**Rev. Ludgero Bonilha Morais**  
Secretário Executivo do Supremo Concílio da  
Igreja Presbiteriana do Brasil



# RELATÓRIO DOS REPRESENTANTES DA IPB JUNTO À MISSÃO EVANGÉLICA CAIUÁ

*Handwritten signature and initials*

DESTINO: Sub-Comissão Executiva

15 MAR 09 59 55 000128

PROTÓCOLO

## À COMISSÃO EXECUTIVA DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL

Desde julho de 2002, a IPB através do seu órgão máximo nos nomeou para representa-la junto à Missão Evangélica Caiuá na cidade de Dourados/MS. Apesar de morarmos na região, o nosso conhecimento era inexpressivo e distante das realidades e dificuldades, que envolve esta entidade de amparo ao indígena sulmatogrossense.

Tivemos a grata satisfação em saber da magnitude desta obra que a nós é confiada, pois há um montante financeiro muito alto, devido aos convênios que são realizados entre a Missão e a FUNASA; órgão público federal. A nossa Missão, foi a única entidade evangélica brasileira a trabalhar com os índios, que preencheu os requisitos exigidos pelo governo para formalizar um convênio desta grandeza. A FUNASA tem investido um valor que ultrapassa a R\$6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais), que são aplicados diretamente com a saúde, a educação e integração do indígena à sociedade brasileira, dentro da região de Dourados. A parceria tem dado ótimos resultados, e a Missão Caiuá tem recibo destaque do governo federal à medida que o trabalho tem sido realizado. Isto se torna visível pelo fato de o referido órgão federal nos lançar um novo desafio este ano (2003) para trabalhar com os índios Maxakalis no estado de Minas Gerais. Este convênio envolve uma verba menor, contudo de valor elevado de R\$1.200.000,00 (Hum Milhão e Duzentos Mil Reais). Na realidade, estes convênios nos envolvem numa grande responsabilidade diante da sociedade, e implicam em contratos de riscos muito grandes, não trazendo nenhum benefício financeiro, pessoal à Missão Caiuá. Pelo contrario; com estes convênios, os obreiros da Missão, especialmente o secretario executivo – Rev. Beijamim; tem que se desdobrar muito mais, para supervisionar e atender as necessidades que tudo isso implica e que estão sob nossa tutela. São profissionais liberais como médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares da área de saúde; que precisam de orientações direcionamentos adequados para que os objetivos sejam alcançados. Por outro lado o governo é muito exigente quanto à prestação de contas, que precisam ser mensais e necessitam obedecer, um padrão rígido de controle financeiro. No final de cada convênio; que é anual, é necessário um balancete meticuloso, mostrando detalhadamente a aplicação dos recursos recebidos e se o projeto proposto, foi totalmente equacionado.

Outra questão que tem nos preocupado, quanto à manutenção dos convênios, são as exigências que nos tem sido impostas. Como se trata de uma parceria, se subentende que

IPB

a participação é bilateral. Isto implica na exigência por parte do governo de um investimento de 20% a ser destinado pela Missão Evangélica Caiuá. Se tal não ocorrer, corremos o risco de perder o caráter filantrópico da Missão. Se somarmos os convênios atuais chegaremos a um montante próximo de R\$8.000.000,00 (Oito Milhões de Reais). Fica evidente que a implicação do governo inviabiliza a renovação de futuros contratos; pois, as Associadas não teriam condições alguma de investir uma verba tão grande de 20% do valor acima; que resulta em R\$1.600.000,00 (Hum Milhão e Seiscentos Mil Reais). A nossa orientação tem sido, no sentido de mostrar ao governo, que a obra já realizada pela Missão, muito antes destes convênios; consomem, não apenas 20% dos seus (recursos da Missão); mas, 100% de toda a sua capacidade financeira. Caso esta orientação não seja reconhecida e aceita pela FUNASA; desistiremos desta parceria. Além do exposto acima, temos que cuidar da manutenção dos atendimentos relacionados ao SUS. São os trabalhos de atendimento médico, para a manutenção da saúde da população indígena. Neste caso, uma das áreas que tem se destacado de forma brilhante é, o atendimento à criança subnutrida; onde o percentual de morte chegava a 7% e hoje estamos na faixa de 4%.

Durante o ano tivemos a realização de cinco reuniões da Assembléia, das quais sempre a IPB esteve presente por meio dos seus representantes. Estas reuniões foram realizadas em locais diferentes. A primeira aconteceu na sede da Missão em Dourados, onde nós fomos recebidos e tivemos acento na Assembléia como membros. Nesta reunião o Rev. Ademir foi eleito secretario da diretoria e por ausência do presidente, o mesmo presidiu a Assembléia. As demais reuniões aconteceram em São Paulo/SP, em Florianópolis/SC, em Dourados/MS e em São Paulo/SP, novamente. Nesta última reunião, a Missão Presbiteriana do Brasil, tendo em vista a sua **não participação financeira** para a manutenção da Missão; enviou uma **carta de renúncia** como parceira desta entidade. Isto implicou, obrigatoriamente na sua exclusão sumária da Assembléia; permanecendo apenas duas Associadas: a IPB e a IPI. Entendemos que a saída era inevitável, contudo solicitamos a permanência dos representantes até a próxima reunião ordinária que acontecerá no dia 20 de fevereiro de 2004; para que haja tempo de adaptação administrativa a este fato novo.

Outra questão que foi considerada é, a necessidade da adequação do Novo Código Civil Brasileiro com a Missão Caiuá. Aproveitamos para fazer uma reformulação no Estatuto da Missão; mesmo porque com a saída da Missão Americana, abriria uma lacuna na própria Assembléia, que ficaria restrita a participação de quatro membros apenas. Em anexo estamos enviando copia deste Estatuto para as devidas considerações da IPB. Solicitamos um parecer quanto estas reformas, pois houve um aumento no número de representantes de cada Associada passando de dois para quatro. Isto significa que a IPB deverá já na próxima Assembléia que acontecerá no dia 20 de fevereiro nomear mais dois representantes titulares; que sugerimos, talvez passar os atuais suplentes para a condição de titular e nomear quatro novos suplentes. Ainda quanto as Reformas no Estatuto é mister destacar que foram inclusos dois novos membros na Assembléia para representar a comunidade indígena evangélica. Submetemos estas novas alterações para a aprovação da IPB. (Ata da Assembléia e Estatuto segue em anexo).

Temos procurado acompanhar de perto todas as circunstancias que envolvem a Missão Caiuá, para conhecermos e agir de forma a contribuir no equacionamento dos seus problemas. Alguns índios e até obreiros, têm processado a Missão quanto a questões trabalhistas. Pessoas que receberam ajuda financeira por prestar algum tipo de serviço





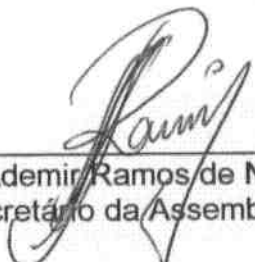
## **IGREJA PRESBITERIANA CENTRAL DE DOURADOS**

*Se creres, verás a glória de Deus.*

**IPB** voluntário, mas; acabaram por entender que tinham direitos trabalhistas e quando os seus préstimos se esgotaram, passaram a reclamar judicialmente aos órgãos públicos. Desta forma alguns recursos não previstos no orçamento foram despendidos nestas questões. Hoje a condição financeira da Missão é muito precária; havendo um déficit mensal de aproximadamente R\$30.000,00. Desde o início de nossa participação temos verificado que o fundo de reserva da Missão tem sido usado mensalmente, sem perspectiva de melhoras financeiras o que poderá resultar num colapso em breve tempo. Por esta razão, solicitamos a CE/SC que vote urgentemente uma verba de R\$200.000,00 para o ano de 2004; para a manutenção desta obra. Esta verba também servirá para pagar as despesas de viagens dos representantes da IPB, pois no momento esta despesa tem saído da tesouraria da Missão e dos nossos próprios bolsos obrigando-nos a realizar viagens de má qualidade e depender que alguém se ofereça para hospedar-nos. Sabemos que a visão da nossa igreja é suprir os seus representantes de recursos financeiros suficientes para representá-la dignamente; por isso lançamos mão deste relatório para a nossa petição, na expectativa de uma resposta positiva.

Quanto ao mais, nos sentimos felizes e honrados em servir, representando a nossa igreja junto a esta autarquia, que tem realizado um belíssimo trabalho em nossa pátria em favor da obra indígena. Nos colocamos a vossa inteira disposição para maiores esclarecimentos. Segue em anexo o relatório pormenorizado das atividades da Missão Evangélica Caiuá, referente ao exercício de 2003.

Atenciosamente,

  
Rev. Ademir Ramos de Novais  
Secretário da Assembléia

  
P/ Rev. Antonio Mero Feitosa  
Membro

Dourados 30 de Novembro de 2003